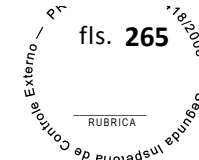




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

e-DOC 55D8A8E6



INFORMAÇÃO Nº 194/2008

PROCESSO Nº : 17418/2008
ORIGEM : Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP
ASSUNTO: Licitação
VALOR ESTIMADO: R\$ 21.328.797,24
EMENTA: Análise das Concorrências nºs 019/2008, 020/2008, 021/2008, 022/2008 - ASCAL/PRES. Contratação de empresa de engenharia para construção de vilas olímpicas. Determinações à NOVACAP. Cumprimento parcial. Novas Diligências. Manutenção da restrição às contratações. Pedido de Reexame. Pelo provimento e autorização para as respectivas contratações.

Senhor Inspetor,

Tratam os autos da análise dos editais das Concorrências nºs 019/2008, 020/2008, 021/2008, 022/2008 – ASCAL/PRES, todas do tipo menor preço, no regime de execução indireta – empreitada por preço global, lançadas pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP, com o objetivo de contratação de empresas de engenharia para construção, instalação e implantação das seguintes vilas olímpicas:

Edital	Localização	Valor estimado	Volume dos autos
019/2008	Recanto das Emas	R\$ 5.038.027,91	Anexo I
020/2008	Parque da Vaquejada/Ceilândia	R\$ 6.939.286,55	Anexo II
021/2008	Brazlândia	R\$ 4.367.393,39	Anexo III
022/2008	Santa Maria	R\$ 4.983.089,39	Anexo IV
VALOR TOTAL		R\$ 21.328.797,24	

2. Desta feita, procede-se à análise do Pedido de Reexame interposto pelo Chefe da Casa Civil do Distrito Federal em face da Decisão nº 6594/2008.



ANTECEDENTES

3. Ao apreciar os referidos editais, o Tribunal deliberou nos termos da Decisão nº 3626/2008, verbis:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos Editais de Concorrências nºs 019/2008, 020/2008, 021/2008 e 022/2008 – ASCAL/PRES, lançados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP, tendo por objeto a contratação de empresas de engenharia para a construção de vilas olímpicas no Recanto das Emas, no Parque da Vaquejada/Ceilândia, em Brazlândia e em Santa Maria, respectivamente; II – determinar à Secretaria de Estado de Esporte, no que tange à construção das Vilas Olímpicas a seguir indicadas: a) Vila Olímpica do Recanto das Emas (Concorrência nº 19/2008): manifeste-se acerca das considerações erguidas pelo MPJTCD no Ofício nº 239/2008-PG, autorizando o encaminhamento de cópia do citado documento à Jurisdicionada; b) Vila Olímpica de Brazlândia (Concorrência nº 21/2008): apresente documentação atinente ao licenciamento ambiental; c) Vila Olímpica de Santa Maria (Concorrência nº 22/2008): encaminhe ao Tribunal documentos comprobatórios da titularidade do terreno onde será realizada a construção, bem como aqueles referentes ao licenciamento ambiental do empreendimento; III - determinar à NOVACAP: a) que se abstenha de celebrar os contratos decorrentes das Concorrências de nº 19, 21 e 22/2008-ASCAL, indicadas no item precedente, até ulterior manifestação desta Corte em sentido contrário; b) por intermédio da Comissão de Licitação, de forma circunstanciada, manifeste-se acerca da adequabilidade dos preços a serem apresentados pelas licitantes, como condição de julgamento das empresas vencedoras dos certames; c) doravante, insira nos editais cláusulas prevendo: c.1) a devolução dos envelopes fechados, contendo a respectiva proposta aos licitantes inabilitados; c.2) que o prazo de pagamento não deve ser superior a 30 dias, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela; d) nos próximos editais, exclua da base de cálculo do BDI o percentual relativo à CPMF, devendo atentar, já para os certames evidenciados nesta decisão, a correção dos BDI que serão apresentados pelas concorrentes.” (fl. 139)

4. Em atenção à citada Decisão, a SEL/DF encaminhou ao Tribunal o Ofício 1931/2008-GAB/Seduma e anexos (fls. 143/182).
5. A análise realizada por esta Unidade Técnica está consubstanciada na Informação 142/2008 (fls. 202/207) e na Cota Complementar de fls. 210/214.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

e-DOC 55D8A8E6

fls. 267



6. O Relator dos autos, Exmo. Conselheiro Manoel de Andrade, apresentou declaração de voto considerando cumpridas as diligências determinadas pelo Plenário (fls. 216/224).

7. Contudo, o Tribunal, acolhendo voto do Exmo. Conselheiro Renato Rainha, assim decidiu:

*“O Tribunal, por maioria, acolhendo voto do Conselheiro RENATO RAINHA, que tem por fundamento a instrução, fs. 202/207, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 206/2008, encaminhado pela Secretaria de Estado de Esporte e respectivos anexos, com o fim de atender à Decisão nº 3626/2008, considerando parcialmente atendidas as determinações do Tribunal (fls. 142/182); II – **determinar ao Órgão citado no item anterior que adote medidas com vistas a ajustar as contratações pertinentes às Concorrências nº 019/2008, 020/2008, 021/2008 e 022/2008 aos ditames do art. 58, IX, c/c o 51, § 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, ao art. 2º da Lei Complementar nº 676, de 27 de dezembro de 2002 (exceto a Concorrência 020/2008 quanto à LC 676/2002), e ainda do art. 45 da Lei Complementar nº 01/94, comprovando, com instrumento legal competente, a titularidade das áreas para edificação das Vilas Olímpicas do Recanto das Emas, Parque da Vaquejada/Ceilândia, Brazlândia e Santa Maria, adstringindo-se a liberação da restrição indicada no item III, “a”, da Decisão nº 3626/2008, adicionado da Concorrência nº 020/2008, ao cumprimento desta diligência. Vencido o Relator, que manteve o seu voto, no que foi seguido pela Conselheira ANILCÉIA MACHADO.” (fl. 225).***

8. Irresignada com a deliberação supra, a Casa Civil do Distrito Federal apresentou Pedido de Reconsideração, acostado às fls. 228/246.

9. Referida peça recursal, conhecida pelo Plenário como Pedido de Reexame (Decisão 7402/2008 – fl. 256) será apresentada e analisada nos §§ seguintes.

DO PEDIDO DE REEXAME

10. De início, o Recorrente esclarece que o Pedido de Reconsideração¹ restringe-se à determinação de ajustamento das contratações referentes às Concorrências 019, 020, 021 e 022/2008 aos arts. 58, IX c/c 51, § 2º da Lei Orgânica do Distrito Federal e ao art. 2º da Lei Complementar nº 676/2002. Tal medida, prossegue, diz respeito à exigência de comprovação da

¹ Conhecido pelo Plenário como Pedido de Reexame



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



titularidade dos terrenos onde serão edificadas as vilas olímpicas do Recanto das Emas, Parque da Vaquejada/Ceilândia, Brazlândia e Santa Maria (fls. 229).

11. Quanto às razões recursais, é traçado histórico do processo de desapropriação e aquisição das terras públicas do Distrito Federal, desde a transferência da capital e criação da Terracap:

06. A Comissão Exploradora do Planalto Central, conhecida como Missão Cruls, demarcou, entre 1892 e 1894, a área de 14.400 km² e definiu o Quadrilátero Cruls, oficialmente denominado Distrito Federal, incorporando fazendas situadas em Goiás (GO) (SEMARH, 2001), e assim, em 1922, foi lançada em Planaltina (GO), a Pedra Fundamental da futura Capital Federal.¹

07. Os estudos foram retomados em 1946 pela Comissão Técnica de Estudos de Localização da Nova Capital e concluídos em 1955 com o Relatório Técnico sobre a Nova Capital Federal e a definição do Retângulo Belcher, com área de 52.000 km², e recomendação de cinco sítios para a escolha do local da nova capital, dentre os quais foi escolhido o Sítio Castanho (SEMARH, 2001).

08. O Estado de Goiás declarou como de necessidade e utilidade públicas e de conveniência ao interesse social a área destinada à nova capital federal, definindo seus limites e área de 5.789 km² (Decreto 480/1955).

09. Com isso, foi constituída a Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, incumbida do estudo histórico e jurídico da cadeia dominial das fazendas situadas no DF (Decreto 1.258/1955).

10. Dessa feita, os limites do DF foram ratificados, a nova capital foi denominada Brasília e criou-se a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), responsável pela desapropriação de terras situadas no DF (Lei 2.874/1956).

11. O estudo da cadeia dominial das fazendas, parcial ou integralmente, ao DF situadas nos municípios de Luziânia, Planaltina e Formosa, foi concluído em 1958, e assim revelou-se a presença de terras devolutas e as enormes dificuldades de levantamento de registros imobiliários, principalmente, devido à ausência de documentação por parte dos ocupantes.

12. A necessidade de disciplinar a ocupação em áreas urbanas e rurais do DF (Decreto 163/1962), resultou na elaboração do Plano Estrutural de Organização Territorial (PEOT/1977), Plano de Ocupação Territorial (POT/1985), Plano de Ocupação e Uso do Solo (POUSO: atualizado pelo Decreto 12.898/1990) e Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT: Leis Distritais 353/1992 e 17/1997),



além dos Planos Diretores Locais (PDL), para áreas urbanas ou de expansão urbana, e o cadastramento de terras públicas distritais (Lei Orgânica/1993).

13. Por outro lado, a desapropriação de terras no DF (Decreto-Lei 203/1967) passou, a partir do desmembramento da NOVACAP, a ser feita também pelo Governo do Distrito Federal (GDF) por meio da Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP) (Leis 5.861/1972, 6.531/1978 e 6.816/1980).

14. Ainda que o objetivo inicial do Governo Federal fosse a total desapropriação de terras no DF, estudos da TERRACAP, realizados em 1996, identificaram cerca de 51,4 % das terras como integralmente desapropriadas, 33,3 % como particulares, 8,5 % como desapropriadas parcialmente (desapropriadas em comum, sem definição precisa de quais parcelas são públicas ou particulares), e 6,8 % como ainda em processo judicial de desapropriação (CODEPLAN, 1997).

15. Vale registrar, então, que com a Lei 5.861/1972, o Governo do Distrito Federal foi autorizado a constituir a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, para suceder a NOVACAP, assumindo-lhe os direitos e as obrigações na execução das atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal, objeto de utilização, aquisição, administração, disposição, incorporação, oneração ou alienação de bens, vinculadas às suas finalidades essenciais, consoante previsão do art. 2º da referida lei.

16. De acordo com a referida lei, a TERRACAP pode celebrar contratos e convênios com a administração direta e com entidades compreendidas na administração indireta do Distrito Federal, e quando no exercício dessa faculdade, suas atividades específicas forem processadas através de empresa pública ou sociedade de economia mista, resultando do suprimento de recursos o retorno correspondente, a TERRACAP poderá, com autorização das respectivas assembleias gerais, recebê-lo em ações, ressalvada a participação de 51 % (cinquenta e um por cento), no mínimo, do Distrito Federal, bem como a proporcionalidade do capital social do Distrito Federal e da União na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.

17. O Capital inicial da TERRACAP caberá 51 % (cinquenta e um por cento) ao Distrito Federal e 49% (quarenta e nove por cento) à União e será representado pelo valor dos bens que lhe forem incorporados por desmembramento do patrimônio da NOVACAP, bem como pelos recursos transferidos à nova empresa.

18. Registra-se, então, que ficou ao encargo da TERRACAP a possibilidade de doar à União, sem qualquer condição, e ao Distrito Federal os terrenos necessários a seus serviços, à construção de residências para seus servidores ou



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

e-DOC 55D8A8E6



os destinados à execução de todo e qualquer plano de interesse dos respectivos Governos, pois lhe é conferida legitimidade para promover as desapropriações autorizadas e incorporar os bens desapropriados ou destinados, pela União, Distrito Federal ou Estado de Goiás, na área do art. 1º da Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956.

19. Assim, no que diz respeito à titularidade dos terrenos, com instrumento legal competente, das áreas para edificação das Vilas Olímpicas do Recanto das Emas, Parque da Vaquejada/Ceilândia, Brazlândia e Santa Maria, não há se falar em ausência de comprovação de titularidade, pois que o Termo de Cessão de Uso a Título Precário, firmado entre a TERRACAP e o GDF, satisfaz plenamente o requisito, pois que TERRACAP tem legitimidade para promover as desapropriações autorizadas e incorporar os bens desapropriados ou destinados, pela União e o Distrito Federal, bem como a possibilidade da TERRACAP doar à União, sem qualquer condição, e ao Distrito Federal os terrenos necessários a seus serviços ou os destinados à execução de todo e qualquer plano de interesse dos respectivos Governos.” (fls. 228/232 – negritos do original).

12. Ao final, foi formulado o seguinte pedido:

*“20. Em face de todo o exposto, requer-se, **respeitosamente**, a esse Colendo Tribunal de Contas que considere o Termo de Cessão de Uso a Título Precário, firmado entre a TERRACAP e o GDF, que satisfaz plenamente o requisito, pois que a TERRACAP tem legitimidade para promover as desapropriações autorizadas e incorporar os bens desapropriados ou destinados, pela União e o Distrito Federal, bem como pelo fato de ser possível à TERRACAP doar à União, sem qualquer condição, e ao Distrito Federal os terrenos necessários a seus serviços ou os destinados à execução de todo e qualquer plano de interesse dos respectivos Governos, conforme os ditames da Lei 5.861/1972.”*

13. As razões recursais foram acompanhadas da seguinte documentação, que, frise-se, já constava dos autos:

Vila Olímpica	Licenciamento Ambiental		Regularidade do terreno	
	Documento	Fl.	Documento	Fl.
Santa Maria - Concorrência 022/2008	Autorização 116/2008	234	Termo de Cessão	235/236



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

e-DOC 55D8A8E6

fls. 271



Vila Olímpica	Licenciamento Ambiental		Regularidade do terreno	
	Documento	Fl.	Documento	Fl.
Recanto das Emas – Concorrência 019/2008	Autorização 040/2008	237	Termo de Cessão	238/239
Brazlândia –Concorrência 021/2008	Autorização 115/2008	240	Termo de Cessão	241/243
Ceilândia/Parque da Vaquejada - Concorrência 020/2008	Autorização 037/2008	244	Termo de Cessão	245/246

ANÁLISE

14. Ao tomar conhecimento dos editais objeto deste feito, o Tribunal, além de outras pontos dirimidos posteriormente, ergueu questionamentos quanto à titularidade dos terrenos onde seriam edificadas as vilas olímpicas, bem quanto às respectivas licenças ambientais (Decisão 3626/2008- fl. 134).

15. No que tange à questão ambiental, já foram apresentados pelos órgãos interessados as respectivas licenças, conforme informado à fl. 210. Outrossim, a documentação ora acostada aos autos corrobora tal posicionamento.

16. Remanescem, portanto, os aspectos atinentes à titularidade dos terrenos. Esse tema foi suscitado pelo douto Ministério Público de Contas, mediante o Ofício nº 239/2008, subscrito pela Exma. Procuradora-Geral, Dra. Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira (fl. 113)². Apontou a nobre representante do *Parquet* possível ilegalidade em alterações de uso de solo, procedidas por decreto, instrumento inadequado para tal fim. Questionou-se, então, o Decreto 28.837/2008, que criou lote destinado à Vila Olímpica **do Recanto das Emas** (fl. 145).

17. Neste ponto, transcrevemos nossa manifestação de fls. 211/213:

“7. Por conseguinte, o Tribunal assim deliberou mediante o Item II, alínea “a” da Decisão 3626/2008:

II – determinar à Secretaria de Estado de Esporte, no que tange à construção das Vilas Olímpicas a seguir indicadas: a) Vila Olímpica do Recanto das Emas (Concorrência nº 19/2008): manifeste-se acerca das considerações erguidas pelo

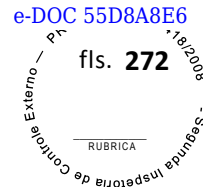
² Cópias do referido Ofício foram juntadas aos autos de nº 29.713/2007 e 1456/2008.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

e-DOC 55D8A8E6

fls. 272



MPJTCDF no Ofício nº 239/2008-PG, autorizando o encaminhamento de cópia do citado documento à Jurisdicionada;

8. Após exame da documentação remetida pela Secretaria de Esportes, a conclusão exposta pelo diligente AFCE Saulo dos Santos Pereira vai ao encontro da posição do Parquet. A alteração de destinação de uso por decreto colidiria com os ditames do art. 58, IX³, c/c 51, § 2º⁴ da Lei Orgânica do DF. Ademais, a instrução aponta descumprimento do art. 2º da Lei Complementar 676/2002.

9. Impõe-se, portanto, análise do decreto inquinado, nº 28.837/2008, visto à fl. 145.

10. De início, diferentemente do sustentado pelo AFCE, entendemos que não se trata de minuta a cópia da URB 169/93, encaminhada pela SEDUMA. Aquele órgão afirmou que citado documento foi aprovado pelo Decreto 17.101/96, do qual não obtivemos cópia do texto integral. Contudo, pesquisa realizada no sítio da SGA evidenciou que a norma aprovou o projeto de parcelamento da Cidade Satélite do Recanto das Emas (fl. 209). Assim, amparados nos princípios da veracidade e da legitimidade dos atos administrativos, entendemos tratar-se de versão final da URB 169/93.

11. Superado esse aspecto formal, passa-se ao exame de mérito da norma.

12. Observa-se, de acordo com o art. 1º do Decreto 28.837/2008, a criação do Lote 01 do Conjunto A do Subcentro 400/600 da RA do Recanto das Emas. Por seu turno, o art. 2º do diploma aprova as Normas de Edificação, Uso e Gabarito NGB 032/07, aplicáveis ao lote em questão.

³ Art. 58. Cabe à Câmara Legislativa, com a sanção do Governador, não exigida esta para o especificado no art. 60 desta Lei Orgânica, dispor sobre todas as matérias de competência do Distrito Federal, especialmente sobre:

IX - planejamento e controle do uso, parcelamento, ocupação do solo e mudança de destinação de áreas urbanas, observado o disposto nos arts. 182 e 183 da Constituição Federal.

⁴ Art. 51. Os bens do Distrito Federal destinar-se-ão prioritariamente ao uso público, respeitadas as normas de proteção ao meio ambiente, ao patrimônio histórico, cultural, arquitetônico e paisagístico, e garantido o interesse social.

§ 2º A desafetação, por lei específica, só será admitida em caso de comprovado interesse público, após ampla audiência à população interessada.



13. As informações apresentadas pela SEDUMA esclarecem que a criação do lote baseou-se na destinação contida na planta URB/93; acrescentou-se que o lote faz parte do Subcentro definido na mesma URB, cujo projeto foi aprovado pelos Decretos 17.101/96 e 18.997/98 (fl. 143)

14. Em compulsa à documentação encaminhada, em especial ao croqui de fl. 162, pode-se observar a localização do Subcentro, situado entre as Quadras 400 e 600 do Recanto das Emas. De acordo a respectiva legenda, a área em questão destina-se a habitação coletiva, comércio, lazer e institucionais. Mais à frente, a MDE 169/93 previu que a área seria objeto de parcelamento futuro, conforme descrito à fl. 172. Tal assertiva é corroborada pelo croqui de fl. 172, que também previa o futuro parcelamento do subcentro.

15. Nesse ponto, vale destacar que tanto o Decreto 17.101/96 (aprova o projeto de parcelamento) quanto o Decreto 17.700/96 (define as normas de edificação, uso e gabarito) foram editados na vigência da Lei 353/92, que aprovara o Plano de Ordenamento Territorial do DF – PDOT. Por relevante, transcrevemos o art. 24 desse último normativo:

“Art. 24 – A aprovação dos projetos de parcelamento urbano são de **competência do Governador do Distrito Federal**, após ter sido ouvido o Órgão Superior do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano.”

16. Desse modo, os Decretos em questão guardavam compatibilidade com o PDOT de então, aplicando-se a regra *tempus regit actum*.

17. Voltando ao Decreto 28.837/2008, entendemos que referido diploma não resultou em desafetação da área, nos termos do conceito apresentado pelo ilustre Prof. Cretella Júnior:

“Fato ou a manifestação de vontade do poder público mediante a qual o bem do domínio público é subtraído à dominialidade pública para ser incorporado ao domínio privado, do Estado ou do administrado.”⁵

18. Quanto à possível mudança de destinação da área na forma suscitada pela nobre Procuradora, consideramos também, não ter havido ilegalidade, pois, consoante os Decretos 17.101 e 17.700/96, havia a previsão de utilização do terreno para atividade de lazer e institucionais, o que permitiria a implantação da vila olímpica no local.

19. Assim, consideramos demonstrada a regularidade do terreno em questão, o que nos leva a dissentir do Item II das sugestões. Salientamos, também, eventual

⁵ In Direito Administrativo. Maria Sylvia Zanella di Pietro. 17ª Ed. São Paulo: Atlas. p. 571



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

e-DOC 55D8A8E6



ilegalidade do Decreto 28.837/2008, não alcançaria as Concorrências 020, 021 e 022, cujos imóveis não foram objeto de alteração ou desafetação pela via regulamentar.

20. *Portanto, opinamos pela autorização para prosseguimento normal da Concorrência 19/2008 (Recanto das Emas).*

21. *Quanto à **Concorrência 22/2008** (Santa Maria), foi juntado aos autos Termo de Cessão de Uso a Título Precário, firmado entre a Terracap e o Governo do Distrito Federal (fls. 181/2), tendo por objeto a cessão de uso de imóvel para a Secretaria de Estado de Governo. Destacamos a Cláusula Terceira, que estabelece vigência do ajuste a partir da data de assinatura até conclusão do processo de doação do imóvel.*

22. *A esse respeito, cabe-nos informar que o Tribunal, nos autos de nº 29.713/2007, autorizou a assinatura de contratos para a construção de vilas olímpicas (Concorrências 41 e 42/2007), nas quais foram utilizados Termos de Cessão para comprovar a regularização fundiária.⁶ Nestes autos, a Corte aceitou a apresentação de tal instrumento, em relação à Concorrência 21/2008.*

23. *Assim, entendemos que possa ser conferido o mesmo tratamento à Concorrência 22/2008.”*

18. A instrução de fls. 202/207, que fundamentou o Voto condutor da Decisão 6594/2008, sustentou que as alterações de destinação de terreno somente seriam válidas se decorrentes de Lei, com fundamento nos dispositivos legais citados no referido *decisum*: art. 58, IX, c/c o 51, § 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 2º da Lei Complementar nº 676, de 27 de dezembro de 2002 (exceto a Concorrência 020/2008 quanto à LC 676/2002).

19. O recurso manejado pela Casa Civil do Distrito Federal não tece considerações acerca dos diplomas legais supracitados. Por outro lado, busca comprovar que os Termos de Cessão, firmados entre a Terracap e o Governo do Distrito Federal são instrumentos hábeis a comprovar a titularidade dos terrenos. Sustenta, também, a legitimidade da Terracap para celebrar ditos ajustes.

20. Conforme apontado na Decisão 6594/2008, o Tribunal exige que seja comprovado, com instrumento legal competente, a titularidade das áreas para edificação das vilas olímpicas. Tais instrumentos, de acordo com a Casa Civil, seriam os Termos de Cessão, celebrados pela Novacap.

⁶ Decisão 3016/2008



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

e-DOC 55D8A8E6



21. O Art. 3º, Inciso VII, da Lei 6.581/1972 (com a redação dada pela Lei nº 6.531/1978) confere à Terracap o encargo de doar ao Distrito Federal os terrenos destinados à execução de todo e qualquer plano de interesse do governo local (fl. 261). Nos casos em exame, nota-se que os Termos de Cessão têm vigência até a conclusão dos respectivos processos de doação (fls. 236, 239, 242 e 246). Ou seja, haverá, efetivamente, a doação dos imóveis ao Distrito Federal, nos moldes autorizados pela Lei 6.581/1972.

22. Destacamos, ainda, que em outros certames apreciados pelo Tribunal nos autos de nº 29.713/2007 (Concorrências 41/2007-Vila Olímpica de São Sebastião e 42/2007-Vila Olímpica da Vila Estrutural) foram aceitos, para a comprovação da titularidade, Termos de Cessão celebrados entre a Terracap e o GDF.

23. Desse modo, da base legal invocada pela Casa Civil, das cláusulas constantes dos Termos de Cessão, bem como de posicionamento da Corte em outros autos, reconhece-se a validade de tais ajustes para comprovar a titularidade dos terrenos, nos termos demandados pelo Tribunal. Portanto, opinamos pelo provimento do Pedido de Reexame interposto pela Casa Civil do Distrito Federal e pela autorização para a assinatura dos contratos decorrentes das Concorrências nºs. 019/2008, 020/2008, 021/2008 e 022/2008 – ASCAL/PRES, todas conduzidas pela Novacap.

Diante do exposto, sugerimos o encaminhamento dos autos ao e. Plenário, para a adoção das medidas:

- I. dar provimento ao Pedido de Reexame interposto pela Casa Civil do Distrito Federal em face da Decisão nº 6.594/2008;
- II. autorizar:
 - a) a assinatura dos contratos decorrentes das Concorrências 019, 020, 021 e 022/2008-ASCAL/PRES, todas conduzidas pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap;
 - b) o retorno dos autos a esta Inspeção, para acompanhamento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



À alta consideração de Vossa Senhoria.

Divisão de Acompanhamento, 27 de novembro de 2008

MARCOS AURÉLIO DOS SANTOS
Diretor